

Brasil: Política Externa e Geopolítica do Pré-Sal

Raquel de Caria Patrício

Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Professora Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Resumo

Este artigo pretende avaliar a alteração da política externa do Brasil originada pelas descobertas das reservas do pré-sal, as quais conduziram à transformação das prioridades do Brasil de Lula (2003-2010) a Dilma Rousseff (2011-2014). Esta transformação saldou-se na estruturação de uma política externa que, posta ao serviço ao desenvolvimento interno do Brasil, prioriza a “Amazónia Azul” e a sua segurança e defesa, o que exige que o país atue, não apenas sobre o seu tradicional espaço de ação geopolítico prioritário, a América do Sul, como também sobre o Atlântico Sul, adjacientemente estendendo a sua influência sobre os países africanos limieiros deste Oceano. Assim, o Brasil poderá vir a potenciar a utilização das estrategicamente bem posicionadas ilha de Trindade, numa projecção do mar para terra, e de Fernando de Noronha, projetando-se da terra para o mar.

Abstract

Brazil: Foreign Policy and Pre-Salt Geopolitics

This article aims to evaluate the change in Brazil's foreign policy originated by the discovery of pre-salt reserves, which led to a transformation of Brazilian priorities from Lula (2003-2010) to Dilma Rousseff (2011-2014). This transformation made possible the elaboration of a foreign policy serving domestic development but also prioritizes the “Blue Amazon” and its security and defense, which requires the country to act, not only on its traditional geopolitical priority space of action, South America, but also over the South Atlantic, extending its influence over the African countries bordering this ocean. Thus, Brazil is likely to promote the use of the strategically positioned island of Trinidad, in order to obtain a sea-land projection, as well as the island of Fernando de Noronha to a land-sea projection.

Introdução

O Brasil vem, desde 2006, registrando uma estagnação no seu processo de emergência internacional. Contudo, a relevância do país em termos geopolíticos e, até, geoestratégicos, parece ter aumentado em virtude das descobertas de hidrocarbonetos na região do pré-sal, na bacia de Santos, responsáveis pela alteração das ações externa e de segurança e defesa do país.

Estas alterações vieram somar-se ao processo de profundas reformulações sócio-político-econômicas por que toda a América Latina vem passando desde o início do século XXI, contribuindo, também, para a alteração da política externa e do posicionamento do Brasil em termos geopolíticos e geoestratégicos. Desde logo, assistiu-se ao reordenamento de poderes no sistema internacional, que abriu espaço à ação de atores outrora passivos, permitindo a identificação, nesta região, de processos de configuração de *semiperiferias*: a *semiperiferia dita subordinada*, composta pelo México e a América Central, a *semiperiferia com aspiração de potência global*, como o Brasil, e a *semiperiferia anti-hegemônica*, formada claramente pelo eixo Caracas – La Paz – Quito (Cairo, 2008). Do mesmo modo, o processo de transformações sócio-político-econômicas da América Latina alterou a tendência que existia na região para a difusão, por toda ela, das ideias políticas e das práticas iniciadas num ou mais dos seus países, promovendo a diferenciação crescente entre estes, tanto ao nível do desenvolvimento econômico, como dos pontos de vista da integração social, da consolidação da democracia e das instituições políticas e das estratégias de inserção internacional, o que tem crescentemente apontado para a tendência marcante de fragmentação e divergência do subcontinente (Vaz, 2006; Malamud, 2009: 61), em profundo contraste com a convergência observável até à década de 1990, num processo que demarca a interrupção da tradicional “unidade de praxis” da região (Cervo, 2008: 83).

Este processo de fragmentação e divergência torna evidente que América Latina não possui uma identidade internacional única, sendo antes composta por dois espaços regionais reconhecidos, no contexto da vizinhança, à escala continental e pelo sistema internacional (Patrício, 2012: 22): América Central e América do Sul (e dentro desta, ainda, o cone Sul). Cada um desses espaços tem uma identidade própria assente nas características que apresenta internamente e por referência àquilo que exteriormente lhe é distinto, *estrangeiro* (Lafer, 2001: 15). Assim, enquanto a América Latina se reforçou como um “concepto genérico, sin consistència con la realidad geo-económica y geopolítica” (Moniz Bandeira, 2003: 2), a região abaixo do Canal do Panamá afirmou-se como um conceito geopolítico e geoeconómico preciso, consubstanciando a América do Sul (Patrício, 2012: 26).

Simultaneamente, o processo de fragmentação e divergência de uma América Latina fraturada no Canal do Panamá em duas identidades, favorece o destaque do Brasil nesta última, onde sempre se evidenciou em termos populacionais e em dimensão territorial e costeira frente aos vizinhos, e viria a ver incluída, na sua polí-

tica externa, a liderança da América do Sul (2003-2010), que se pretendia a *América brasileira*, por oposição à *América norte-americana*, na qual se enquadram a América do Norte, o México e a América Central (Moniz Bandeira, 2008), sendo certo que o papel que o Brasil desempenha na sub-região goza de fundamento histórico. Afinal, o Brasil “não somente não queria ser confundido com a América Latina, em geral, como não aceitava tal conceito então generalizado e adotado pelas instituições multilaterais, para enquadrar toda uma região onde os diversos Estados apresentavam enormes disparidades e assimetrias. O Brasil não queria ser diluído em um conjunto de países, dos quais se diferenciava pela sua dimensão territorial, demográfica e econômica. Havia, concretamente, uma hierarquia de poderes, em que o Brasil se sobressaía, dado que, ao separar-se de Portugal, não se desintegrara, como aconteceu com a América espanhola, e manteve, sem rutura da ordem política, a vasta extensão do seu território” (Moniz Bandeira, 2008).

Neste sentido, a América do Sul surge como o espaço geopolítico prioritário da ação externa e defensiva do Brasil. Se, por condicionalismos históricos, a maritimidade do país esteve durante longo tempo afastada dessa ação, desenvolvendo-se apenas nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), ela seria retomada no século XXI, primeiro com Lula da Silva (2003-2010) e depois com Dilma Rousseff (2011-2014). Afinal, as descobertas das reservas do pré-sal no início do século XXI transformaram rapidamente as prioridades das políticas sócio-económica e externa do Brasil, lançando novos olhares sobre a costa brasileira – a *Amazônia Azul*. O Atlântico Sul – ao qual o país se vincula geograficamente – passa finalmente a poder integrar aquele espaço geopolítico prioritário da ação externa e defensiva do Brasil. Por arrastamento, os países africanos lindeiros do Atlântico Sul constituem-se como a extensão desse espaço. Este artigo pretende, assim, demonstrar que as descobertas das reservas do pré-sal vêm contribuir para a concretização do Destino Manifesto do Brasil nos dois espaços geopolíticos que o compõe, alterando o país, quer do ponto de vista das políticas económicas internas, quer da sua ação externa, quer ainda dos pontos de vista geopolítico e geoeconómico, contribuindo de modo significativo para a consolidação da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa.

“Destino Manifesto” e Destino de Grandeza: A América do Sul como Espaço Geopolítico Prioritário da Ação Externa do Brasil

O Brasil sempre se destacou na América do Sul pela sua continentalidade e maritimidade evidentes. Com uma extensão territorial de 8 514 877 Km², sendo 8 459 417 Km² de terra e 55 460 Km² de água, o Brasil é o quinto maior país do mundo em termos de território (CIA, 2013)¹. Compondo fronteiras com todos os países

1 Esta extensão territorial inclui o Arquipélago de Fernando de Noronha, a Ilha de Trindade, o Atol das Rocas, as Ilhas Martin Vaz e os Penedos de São Pedro e São Paulo (CIA, 2013).

da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador, o Brasil apresenta uma das maiores linhas costeiras contínuas do mundo, com 7 491 km de extensão (CIA, 2013), assim como 5,2 milhões dos 7,5 milhões de Km² do território da Amazónia, o que equivale a deter 70%, ou 1/3, da maior floresta tropical do mundo, depositária da maior diversidade biológica e da maior bacia de água doce do mundo (Exército Brasileiro, 2013).

As extensões territorial e costeira do Brasil demarcam a grandeza do país relativamente aos vizinhos sul-americanos. A composição de fronteiras com quase todos e a detenção da maior parte da Amazónia conferem-lhe uma importância geopolítica e geoestratégica significativa na América do Sul, que sempre determinou o comportamento do Estado brasileiro em termos de política externa, desde cedo promovendo a sua inserção no contexto hemisférico (Patrício, 2012: 289), no âmbito do qual buscaria concretizar o seu “Destino Manifesto” através do exercício da influência e da hegemonia sobre a sub-região, considerada a sua área de influência natural, o seu *espacio vital* (*lebensraum*).

Ora a maritimidade do Brasil, que apresenta uma das maiores linhas costeiras contínuas do mundo, supõe que, adjacente a esse espaço vital sul-americano, esteja o Atlântico Sul e, por arrastamento, a influência do país sobre os países africanos ribeirinhos desse Oceano. Neste sentido, o “Destino Manifesto” do Brasil procura concretizar-se sobre a América do Sul e sobre o Atlântico Sul, integrando estas duas áreas geopolíticas. A verdade é que essa maritimidade seria cortada já no processo de independência do Brasil, uma vez que a Grã-Bretanha, o maior interessado nessa independência, ao ambicionar controlar o Atlântico Sul, impôs ao Brasil, em troca do apoio à independência, que este abdicasse de qualquer pretensão sobre Angola. Interrompida a maritimidade do Brasil, manter-se-iam, porém, as ambições de influência e hegemonia sobre os vizinhos sul-americanos, conformando-se a América do Sul, desde cedo, como área prioritária da ação externa do Brasil.

No entanto, a dependência económica, já ao tempo do Império do Brasil, frente aos Estados Unidos da América, um dos maiores mercados consumidores do café, da borracha e do cacau brasileiros (Martínez, 1980: 15) conduziu o Brasil a um servilismo económico claramente contrastante com esta hegemonia sub-regional. Neste contexto, D. Pedro II erigiria a base essencial da política externa brasileira, que o Barão do Rio Branco, ministro dos Estrangeiros da República Velha de 1902 a 1912 viria a estabelecer: a aliança não escrita com os EUA, celebrando uma relação de amizade entre os dois países em defesa do pan-americanismo, na base da consideração da fronteira como algo que deve constituir fonte de cooperação e não de conflito (Brigagão e Seabra, 2009: 76). Compreendendo que opor-se aos EUA seria destruir a economia brasileira e minar as ambições de grandeza do Brasil, este assumiu, pragmaticamente, uma clara *identidade de país americano* (Domingues, 2011), contentando-se com o papel de sublíder regional.

Aceitando, economicamente, a condição de Estado periférico, o Brasil, todavia, procurava exercer eficazmente a soberania política sobre o seu território e, aproveitando a condição de país-continente, alcançar a preponderância geopolítica sobre a América do Sul, o que justifica a firme negociação das fronteiras do território nacional e a determinação de controlar o subsistema platino de relações internacionais (Patrício, 2012: 113), ao mesmo tempo que assinava tratados desiguais e fixava uma política aduaneira que o colocava na periferia do capitalismo, fazendo malograr o projeto de industrialização do Estado nos anos 1840 (Cervo, 2003: 10). Através desta aliança tácita, o Brasil reconhecia as Caraíbas e a América Central como zona de influência dos Estados Unidos da América, enquanto estes se abstinham de intervir na esfera de influência do Brasil, garantindo a sub-hegemonia brasileira sobre a América do Sul (Burns, 1966: 207), o que foi fundamental para que a superioridade do Brasil frente aos vizinhos sul-americanos desse alento à concepção do Destino de Grandeza do país, concretizando as ambições do Brasil sobre a América do Sul e, por conseguinte, o Destino Manifesto brasileiro.

Na verdade, a aceitação de que o Destino Manifesto do Brasil sobre a América do Sul estava condicionado e dependente dos Estados Unidos da América compôs a concepção da política externa brasileira durante meio século, sem variações essenciais. Os períodos do Império (1822-1889) e da Primeira República (1889-1930) foram os momentos altos dessa concepção. A partir de 1930, todavia, a cooperação antagônica dos dois países passou a determinar que a política externa brasileira oscilasse, frente a Washington, entre a autonomia e o alinhamento, ainda que buscando sempre concretizar o Destino Manifesto do país.

Esta estrutura de relações foi-se mantendo com altos e baixos na base de uma cooperação antagônica, ganhando força durante o regime militar brasileiro (1964-1985), durante o qual foi desenvolvido o esquema geopolítico da Escola Superior de Guerra, assente na continentalidade do Brasil, que valorizava o papel de sublíder regional do país, secundarizando a sua maritimidade.

Efetivamente, a vocação atlântica havia sido mantida afastada das prioridades da política externa brasileira, quer durante os momentos altos da relação de dependência frente aos Estados Unidos da América, quer mesmo quando a política externa fora colocada ao serviço da industrialização do país, consubstanciando o nacional desenvolvimentismo assente na “vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, pelas novas atividades económicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno, superando: a especialização primário-exportadora e a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação natural (passiva) do Brasil para exploração de suas riquezas” (Bastos, 2006: 241).

Somente com a radicalização à esquerda, que conduziria ao regime populista no Brasil, esta maritimidade seria recuperada como parte do Destino Manifesto do

país. Com efeito, Jânio Quadros (1961) levou a autonomia da política externa aos extremos, com a recuperação da barganha nacionalista dos anos 1950, ao desenvolver a Política Externa Independente que o governo seguinte, de João Goulart (1961-1964), haveria de aperfeiçoar (Patrício, 2012: 295). A Política Externa Independente materializou-se, assim, no reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, na intensificação dos laços comerciais com os países socialistas, na recusa do isolamento de Cuba no âmbito do sistema interamericano e na adoção de uma postura anticolonialista e de afirmação do princípio da não intervenção (Patrício, 2012: 295), sendo formulada a Política Africanista do Brasil, que enfatizava os países africanos ribeirinhos do Atlântico Sul e o próprio Atlântico Sul, por forma a recuperar a maritimidade brasileira até então marginalizada.

Retomada moderadamente com Itamar Franco (1992-1994), esta Política Africanista seria continuada pragmaticamente por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), até que Lula (2003-2010) a viesse reavivar em definitivo, fazendo a política externa brasileira assentar no reforço da integração regional sul-americana, aproveitando a continentalidade do Brasil, e na projeção desse reforço sobre a costa ocidental africana, aproveitando a maritimidade do país, de onde resulta que o Destino Manifesto do Brasil se concretiza, quer na América do Sul, quer no Atlântico Sul.

Assim, a política externa brasileira desde Itamar Franco, e particularmente com Lula, centrou-se na estratégia de transformar a proeminência regional do Brasil em liderança regional para, a partir daqui, o país lançar-se a nível global, pois os académicos e diplomatas brasileiros sempre consideraram a liderança regional como a verdadeira rampa de lançamento para o reconhecimento e a influência globais do país (Malamud, 2011b: 1). Assim, se a política externa formulada por Lula e Celso Amorim ambicionava recuperar a autonomia decisória sem que o país deixasse de atuar no sistema internacional vigente, nele procurando superar as assimetrias entre países desenvolvidos e emergentes, mantendo a tendência da diversificação de parceiros e procurando contrapor-se à ação externa dos Estados Unidos da América (Cervo, 2008: 85), ela procurava tornar efetiva a identidade sul-americana do Brasil, substituindo, de vez, as anteriores identidades que o país tivera: a de país americano, durante a gestão de Rio Branco, e a de país latino-americano, desenvolvida pela Política Externa Independente (Domingues, 2011). De facto, se com Itamar e Fernando Henrique Cardoso a identidade sul-americana do Brasil estivera em construção, com Lula este objetivo ganhou particular relevância, sendo a liderança da América do Sul encarada como consequência natural da proeminência económica, geográfica e populacional do país, ainda que assentando em valores destinados a não causar desconfianças nos vizinhos, designadamente o carácter não hegemónico, a solidariedade e a generosidade, bem como a ênfase dada aos objetivos comuns (Domingues, 2011). Afinal, se as assimetrias entre o Brasil e os vizinhos reforçam as potencialidades da liderança brasileira, a exaltação das mesmas pode criar-lhe dificuldades.

Tornava-se fundamental, para a concretização do objetivo da política externa assim formulada, que o Brasil atuasse ativamente no âmbito do multilateralismo regional promovendo a integração sul-americana (Patrício, 2012: 326) e que efetivasse a liderança da sub-região através da estratégia da *autonomia pela diversificação* (Vigevani e Cepaluni, 2007), posta em marcha pelas duas gestões Lula através de diversos instrumentos político-econômicos que deram consistência à *soft leadership* do país na sub-região. Para além da criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do seu Conselho de Defesa Sul-Americano, o Brasil estimulou uma ação interventora no entorno regional, não só através dessas organizações, como ainda por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), como ainda adotou uma postura de *gerenciador de crises* regionais e, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) promoveu a internacionalização da economia brasileira em direção aos vizinhos, patrocinando investimentos brasileiros nesses países, considerados, pela equipa de Lula, como a “maior prova do interesse de comprometimento do Brasil no seu entorno regional” (Amorim, 2010). Não obstante os objetivos formulados pela política externa de Lula/ Amorim, a verdade é que a forma e a profundidade com que os instrumentos para alcançá-los foram utilizados pelo governo geraram um debate aceso entre os académicos e os políticos brasileiros, bem como na própria sociedade civil, questionando a capacidade e a vontade do país em efetivar a liderança na América do Sul.

Na verdade, em função das oportunidades globais que foram surgindo, a política externa inicialmente formulada por Lula/ Amorim foi alterada aquando da respetiva execução. Estas oportunidades alteraram as perceções dos diplomatas e académicos brasileiros, cujos interesses se voltaram preferencialmente para a arena global, reduzindo a importância da atuação do Brasil no entorno regional, pelo que a estratégia da afirmação da liderança regional como plataforma de lançamento do país na esfera global é hoje inútil. Se não existe, no Brasil, um consenso interno relativamente à decisão de liderar, especialmente porque essa liderança implica a mobilização de recursos que são considerados essenciais para a superação dos problemas internos do Brasil, criando dificuldades à legitimação dessa liderança (Domingues, 2011), por outro lado o país alcançou o reconhecimento internacional como potência global pelos poderes mundiais estabelecidos, como o G8 e a União Europeia, sem que a liderança regional fosse efetivada (Malamud, 2011b; 2).

A ligação aos países emergentes e o papel de Lula ao impulsionar o diálogo Sul-Sul foram as principais ações do governo resultantes das oportunidades globais surgidas, responsáveis pela emergência do Brasil na cena internacional, já que o “Brazil has enthusiastically embraced the BRIC alliance with Russia, India and China, which he [Celso Amorim] thinks has the power to redefine the world governance” (Glasser, 2010).

Estas relações Sul-Sul constituem a grande contribuição e novidade de Lula para a política externa brasileira em comparação com o seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. Embora deva ter-se em conta que, quando, no final do seu segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso se tornara cético quanto à globalização – cunhando o termo *globalização assimétrica* – ele reorientara a sua estratégia internacional, começando a implementar projetos para o desenvolvimento, que também constituem êxitos da atual política externa brasileira, como a criação do Centro Educacional de Cazenga, em Angola, a internacionalização do Bolsa Família e a participação do Brasil no processo de reconstrução de Timor Leste (Brun, 2010).

Ainda assim, o reforço das ligações Sul-Sul foi extraordinariamente promovido por Lula, através da realização de trinta e três viagens à África – que incluíram a criação de dezanove novas embaixadas – (Instituto Lula, 2014), da gestão ativa no Médio Oriente e da ligação aos outros países emergentes, designadamente à China, à Índia e à África do Sul (Brun, 2010).

A América do Sul continuou sendo uma peça central da política externa brasileira, porém o diálogo Sul-Sul veio a transformar-se na prioridade dessa política. De facto, a exportação, tanto de capitais, quanto, sobretudo, de produtos manufaturados brasileiros, é feita essencialmente para a região, o que reflete o défice de competitividade da indústria brasileira, que depende desse mercado, e demonstra também a importância dos instrumentos preferenciais para essas exportações. No entanto, a diversificação de parceiros do Brasil relativizou a importância da sub-região na internacionalização da economia brasileira (Vaz, 2012), de modo que liderar a região passou a significar, para o Brasil, manter a estabilidade da mesma e prevenir que a instabilidade política, as turbulências económicas e os conflitos fronteiriços se espalhem ao território nacional. O entorno regional assumiu, assim, uma função crescentemente instrumental, que assenta na ideia de desejar interagir mas não de construir processos de integração institucionalmente profundos com os vizinhos. Por um lado, o Brasil ambiciona, com esta estratégia, aparecer frente ao mundo como o representante legítimo de um bloco regional, não estando isolado e, por outro, fomentar o principal destino dos seus investimentos e das suas exportações de manufaturados (Patrício, 2012: 339).

Se com Lula o entorno regional assumiu uma função instrumental, enquanto o diálogo Sul-Sul como forma de reconfigurar a ordem internacional se transformou na prioridade da política externa brasileira, com Dilma Rousseff (2011-2014) esta postura veio a alterar-se, com a nova presidente a reposicionar os países desenvolvidos na política externa brasileira, registando-se uma forte retração das verbas concedidas à cooperação para o desenvolvimento (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011). Afinal, com o diálogo Sul-Sul, o Brasil não tem conseguido a tecnologia de que carece e, embora tenha alcançado o protagonismo internacional, também ainda não logrou obter resultados concretos quanto à reivindicação por

um assento permanente no órgão máximo da governança mundial. Para já não falar dos efeitos que a articulação do país com a China, no âmbito desse diálogo Sul-Sul, tem tido, especialmente sobre a reprimarização da economia brasileira.

Assim, Dilma Rousseff ergueu as relações do Brasil com os Estados Unidos da América e a União Europeia, secundarizadas por Lula, a um novo patamar de importância, posicionando-as, ao lado do diálogo com os países emergentes, como prioridades da política externa. Retomando uma plataforma característica do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Fernando Henrique Cardoso, Dilma deixa clara a transformação, lenta mas evidente, da posição do Brasil nas relações internacionais.

A verdade, porém, é que a gestão Dilma tem apresentado a estagnação da emergência internacional do Brasil, resultado da quase estagnação da economia brasileira (Freire, 2013). Se a internacionalização da economia brasileira e a inclusão social se saldaram como os grandes êxitos da permanência do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder desde 2003, com Dilma tem-se assistido à quebra da interação entre o Estado e a sociedade, que Lula estruturara, assim como à desaceleração económica, resultado da deficiente infraestrutura, da excessiva burocracia do aparelho estatal, da corrupção, do descaso pelo setor externo e das negociações impostas pelo próprio sistema político do presidencialismo de coligação. Ademais, se desde cedo Dilma apresentara um acentuado ímpeto de gestão, que fazia supor uma governação mais eficaz, ela nunca manifestou qualquer espécie de ousadia para enfrentar temas polémicos como a reforma fiscal, a reforma política e a lei dos meios de comunicação social (Patrício, 2012: 375). Por outro lado, Dilma, com uma diplomacia de perfil menos elevado, conferiu um estilo novo ao comportamento internacional do Brasil, ao deixar a política externa ser conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores, resguardando para si a tarefa de gerir as capacidades estruturais do país de acordo com o desenvolvimentismo que a caracteriza. Surgindo como uma “presidente em exercício efetivo do cargo” (Malamud, 2011a: 176), a sua preocupação central é com o crescimento interno do país, ainda que a conjuntura internacional desfavorável e a falta de inovação na gestão tenham levado o Brasil a entrar no caminho da estagnação económica, assim como da estagnação da sua emergência internacional. Conquanto os índices estatísticos desta estagnação estivessem já em gestação a partir de 2006, foi com Dilma que os mesmos se tornaram evidentes.

As Descobertas das Reservas do Pré-Sal: Oportunidades e Desafios

As descobertas de hidrocarbonetos na região do pré-sal, na bacia de Santos, e a necessidade consequente de exploração e tecnologia para o fazer, têm lançado novos olhares sobre a atual realidade brasileira, em função da rápida transformação das prioridades das políticas sócio-económica e externa do Brasil e do significativo impulso dado à consolidação da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa.

Afinal, o governo Dilma tem declarado a sua ambição de, através do desenvolvimento das reservas do pré-sal, aumentar a produção de energia do país, por forma a que se consiga dar resposta à procura interna e, simultaneamente, elevar o Brasil à condição de país exportador de energia, permitindo-lhe, ainda, alcançar a estabilidade económica e o desenvolvimento industrial capazes de levar o país a corresponder às exigências sociais. Neste contexto, o desenvolvimento das reservas do pré-sal encontra-se no topo das prioridades da agenda estratégica do Brasil (Kay e Graefe, 2011), já que “pode colocar o Brasil num novo patamar económico, social, geopolítico e tecnológico” (Oliveira, 2012 cit. por Paduan, 2012)².

Na realidade, as estimativas sugerem que, até 2020, o setor petrolífero venha a criar, no Brasil, entre 1 a 2 milhões de postos de trabalho associados a elevadas remunerações (Lopes, 2012). Atualmente, são extraídos 180 000 barris de petróleo por dia dos poços do pré-sal e o setor do petróleo e do gás movimenta mais de R\$ 440 000 milhões por ano, o que corresponde a 12% do PIB, uma percentagem que deverá alcançar os 20% nos próximos anos (Lopes, 2012). Com base nos poços já descobertos estima-se, ademais, que as reservas petrolíferas do Brasil venham a duplicar para 31 000 milhões de barris, considerando-se no entanto a possibilidade da existência de mais 87 000 milhões de barris por descobrir (Petrobrás, 2012), ao mesmo tempo que o gás deverá passar a ter uma maior utilização quando os campos do pré-sal entrarem em operação e as redes de distribuição do produto forem ampliadas (Ernest&Young, 2011).

É bem verdade que a crise económica internacional, ao provocar a diminuição da procura global e, por consequência, do preço do petróleo, e ao dificultar o acesso ao crédito, erigiu entraves ao projeto energético brasileiro, fazendo abrandar o caráter de urgência que o governo lhe vinha conferindo (Ramos *et al.*, 2009: 1-3). Ao mesmo tempo, a mesma crise internacional funciona como dinamizador do projeto do pré-sal, encarado como via alternativa para o desenvolvimento do Brasil, tornando-se evidente a importância que adquire como grande oportunidade para o país.

A intensa capitalização da Petrobrás, visando a exploração das reservas do pré-sal, e o fim, decretado em Junho de 2012, da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Económico (CIDE) sobre a produção e importação de petróleo e derivados, procurando evitar o aumento dos preços dos combustíveis fósseis, mas na prática funcionando como um subsídio ao consumo desses combustíveis, estimularam o setor do petróleo e do gás (Viola *et al.*, 2012), enquanto os impostos sobre o etanol permanecem inalterados na ordem dos 31% (Pereira, 2014: 95).

Estas medidas governamentais, demonstrando o interesse do governo Dilma no desenvolvimento do setor petrolífero, foram acompanhadas e reforçadas pela es-

2 Prova da importância concedida pelo governo Dilma ao pré-sal é a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. (Petrosal)

tagnação do projeto do etanol, pela reforma do Código Florestal e pelas dificuldades que se têm colocado à produção hidroelétrica no Brasil, tornando-se claro que o complexo petrolífero surge como o setor energético que mais se tem expandido no país nos últimos anos.

É bem verdade que o etanol, cuja utilização remonta à década de 1970, quando foi criado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), assumiu uma importância decisiva na política externa brasileira no início do século XXI, sendo alvo de um grande volume de investimentos, nacionais e estrangeiros, em 2006 e 2007 (Viola *et al.*, 2013: 300). No entanto, diversos problemas, que vinham afetando o setor desde 2009-2010, tiveram em 2011 um impacto mais negativo do que o esperado, levando a uma queda de 11,8% na produtividade da cana-de-açúcar nesse ano, quando foram alcançados os níveis de 2000-2001 (EPE, 2012: 5). A redução dos investimentos em matéria de reforma dos canaviais e tratos culturais, o aumento do custo de produção, as condições climáticas desfavoráveis e o aumento do índice de perdas de sacarose, em função da mecanização das colheitas, foram as causas responsáveis por essa diminuição da produtividade em 2011 (EPE, 2012: 5). Como consequência, a produção do etanol sofreu grande redução, conduzindo ao aumento dos preços deste biocombustível o que, frente à subsídioção dos derivados de petróleo, tornou o etanol menos competitivo relativamente à gasolina (EPE, 2012: 5). Ainda que em 2012 a retomada dos investimentos³ tivesse proporcionado uma pequena recuperação nos indicadores de produção da cana (EPE, 2013: 7), a tendência para a diminuição da produção de etanol registada desde 2010 manteve-se, com pequena flutuação: em 2010 a produção total de etanol foi de 28 mil milhões de litros, em 2011 foi de 22,9 e em 2012 foi de 23,5 mil milhões de litros (EPE, 2013: 10).

Por outro lado, a reforma do Código Florestal, aprovada por Dilma em Maio de 2012, ao incorporar a possibilidade de amnistia para aqueles que desflorestaram ilegalmente e ainda a redução dos parâmetros de proteção das Áreas de Preservação Permanentes⁴, assim como o Plano Agrícola e Pecuário de 2011, ao flexibilizarem as regras de proteção das florestas, vieram submeter as florestas brasileiras ao imperativo das necessidades económicas do país refletindo a preponderância que têm, no governo Dilma, os setores conservadores ruralistas e petrolíferos.

O elevado custo da produção de energia solar e eólica, assim como os limites que se impõem ao setor hidroelétrico do Brasil – que tem 70% do seu potencial na Amazó-

3 Em 2012, o BNDES disponibilizou um orçamento de R\$ 4 mil milhões para a renovação e ampliação dos canaviais, dos quais R\$ 1,4 mil milhões foram utilizados para o plantio de cerca de 410 mil hectares, 80% dos quais destinados à renovação. Em janeiro de 2013, o limite de financiamento por hectare de cana plantada passou de R\$ 4.350,00 para R\$ 5.450,00 (EPE, 2013: 7).

4 Áreas de vegetação nativa que, de acordo com o anterior Código Florestal, tinham de ser mantidas protegidas dentro das propriedades rurais (Pereira, 2014: 110).

nia e no Cerrado, regiões onde existem inúmeras restrições ambientais que abalam a credibilidade e viabilidade da produção hidroelétrica do país – são fatores que também contribuem para a valorização que o governo Dilma confere ao complexo petrolífero, em contraste com a prioridade que Lula concedia ao etanol e aos outros biocombustíveis.

Não obstante, o alcance das metas do governo relativamente ao pré-sal impõe a superação de algumas dificuldades. Mesmo que a questão sustentabilidade – um requisito fundamental para que os recursos do pré-sal conduzam ao desenvolvimento socioeconómico do Brasil – seja secundarizada pelo governo Dilma, outros desafios têm de ser enfrentados, designadamente evitar que o país venha a padecer da “doença holandesa”, a criação de infraestruturas, a elevação do conhecimento, a capacitação da mão-de-obra, a melhoria de indústria, a captação de investimento (Rolim, 2010), a solução do debate em torno das royalties do petróleo (Patrício, 2011) e a flexibilização legislativa e tributária – uma vez que as regras hoje existentes limitam a ação dos investidores estrangeiros, ao mesmo tempo que levam a Petrobrás aos limites da sua capacidade de atuação (Paduan, 2012)⁵.

Em todo o caso, as oportunidades e os desafios que as descobertas das reservas do pré-sal colocam ao Brasil têm explicado muitas das posições que a presidente Dilma vem adotando, tanto interna quanto externamente. Dominado pelos lobbies petrolífero e ruralista, secundarizando a questão ambiental e procurando gerir, quer a estagnação económica, quer a estagnação da emergência internacional do país, como forma de, apesar das circunstâncias adversas, conseguir dar resposta às exigências sociais, o governo Dilma coloca a exploração do pré-sal no topo das prioridades da sua agenda estratégica. Se por um lado esta atitude demonstra que as instituições políticas e económicas do Brasil estão hoje dominadas pela lógica do curto prazo e que o governo não revela capacidade para gerir as exigências de sustentabilidade de longo prazo, realizando investimentos reduzidos na investigação, tecnologia e ciência, ela revela, por outro lado, que a exploração do pré-sal surge como a maior esperança para que o desenvolvimento sócio-económico do Brasil venha a ser alcançado. E como maior esperança, a exploração do pré-sal surge como alvo da atenção prioritária do governo, especialmente à medida que se dissipam algumas dúvidas em torno da viabilidade económica e tecnológica da extração do pré-sal. Assim, o setor do petróleo e do gás vê-se impulsionado, com o governo a dirigir-lhe todos os seus esforços internos e externos, ao mesmo tempo que procura

5 Esta situação deve-se às imposições legislativas que obrigam que as empresas petrolíferas estrangeiras que participam na exploração dos recursos do pré-sal tenham de adquirir, no Brasil, entre 55% a 65% dos equipamentos e serviços necessários (Paduan, 2012), e que concedem, à Petrobrás, o direito exclusivo de atuar na região do pré-sal com uma participação mínima de 30% do capital em todos os consórcios que venham a ser criados para o efeito (Patrício, 2011).

garantir a proteção dessas reservas através de uma ação adequada nas áreas da segurança e defesa. Se com isto se altera a política externa brasileira, altera-se também a abordagem geopolítica do país ao Atlântico Sul.

Desde logo, e aliadas às relações do Brasil com os países emergentes, bem como com os Estados Unidos da América e a União Europeia, estas descobertas relançam a maritimidade brasileira, dando relevância à Política Africanista do país, pelo aumento das possibilidades de cooperação e negócios que o Atlântico Sul passa a ter. Se em função da prevalência da continentalidade nas orientações da política externa brasileira, o país se viu voltado para a subregião, conferindo-lhe, desde Lula, uma função instrumental que, no quadro das instabilidades internas o levou a centrar as suas preocupações sobre a Amazônia e as bacias hidrográficas, as possibilidades abertas pelas descobertas efetuadas pela Petrobrás no pré-sal levaram o Brasil a ter de dividir essas atenções com a sua extensa costa.

Com efeito, correspondendo a 61% do território brasileiro, a Amazônia iguala o tamanho de metade do continente europeu, sete vezes superior à extensão da França (Defesa BR, 2008), e é partilhada por outros oito Estados, além da Guiana francesa, sendo uma fonte inesgotável de recursos naturais, particularmente de água doce: o rio Amazonas é o mais longo, possui 1/5 de toda a água doce do planeta e tem mais de 500 afluentes, formando o maior volume de água do mundo, com mais de 80 mil metros cúbicos, o que representa desaguar mais de 10% de toda a escassa água doce do planeta no Oceano Atlântico (Defesa BR, 2008). Em função destas riquezas e das conseqüentes ingerências externas sobre a região amazônica, grande parte das preocupações geopolíticas do Brasil centraram-se sempre sobre a Amazônia. Do mesmo modo, o aproveitamento hidroelétrico dos rios binacionais enquadrrou também essas preocupações, em função das possibilidades de conflito que sempre originou, até porque o Brasil – que tem a maior e mais rica rede hidrográfica do mundo – é o único país da sub-região que participa nas duas principais bacias hidrográficas da América do Sul, a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná, que forma na Argentina a Bacia do Prata.

A esta tradicional ação do país sobre a Amazônia e a Bacia do Prata, veio acrescentar-se a nova preocupação das políticas externa e de defesa do Brasil com a sua costa (Costa, 2013), retomando-se a maritimidade do Brasil.

A Amazônia Azul e a Geopolítica do Pré-Sal: O Atlântico Sul e os Países Africanos Lindeiros do Atlântico Sul como Parte do Espaço Geopolítico Prioritário da Ação Externa do Brasil

As descobertas de hidrocarbonetos no pré-sal brasileiro vêm lançando novos olhares sobre a costa do país e o Atlântico Sul, fazendo verter grande parte das preocupações do Estado em matéria de ação externa, de segurança e defesa sobre a imensa costa nacional. Desta forma, as áreas marítimas de jurisdição brasileira, com

particular ênfase na zona do pré-sal e menor relevância na costa Norte do Amapá, associadas às descobertas de riquezas no mar e sua exploração, vêm recebendo, da Marinha brasileira, a designação de “Amazônia Azul” – conceito que enquadra o Atlântico Sul compreendido pelas águas territoriais brasileiras, águas adjacentes, Zona de Exploração Económica Exclusiva e Extensão da Plataforma Continental do país (Marinha Do Brasil, 2013). Através deste conceito novo, a Marinha brasileira pretende alertar a sociedade brasileira para a importância económica, estratégica, ambiental e científica da costa do país, chamando a atenção para a necessidade de proteger a soberania nacional, não apenas nas zonas continentais, designadamente na Amazônia – que, em conjunto com as bacias hidrográficas compuseram, tradicionalmente, o centro nevrálgico das preocupações da ação externa, de segurança e defesa do Brasil –, como também sobre as áreas marítimas de jurisdição brasileira (Guerra, 2011: 71).

Paralelamente, o Brasil vem promovendo a sua inserção na África, acrescentando-se aos dois novos intervenientes que já atuam neste continente – os Estados Unidos da América e a China – ainda que atuando de modo distinto destes. Para Darc Costa (2013), à presença competitiva dos Estados Unidos da América e da China na África, que disputam os recursos naturais do continente, o Brasil vem somar-se como o “terceiro interessado”, desenvolvendo, por conseguinte, uma ação pragmática (Costa, 2013). Enquanto os Estados Unidos da América intervêm, nos países africanos, com base numa política assente numa agressiva presença militar, com o apoio da Quarta Frota, e simultaneamente com base numa base política económica, suportada pelas instituições financeiras internacionais, particularmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a China atua fundamentalmente do ponto de vista económico, através de uma política de empréstimos sem condicionantes, encarregando-se todavia de fornecer a mão-de-obra necessária para os seus investimentos, reduzindo desde logo a riqueza deixada nos países. O Brasil, por seu lado, e pragmaticamente, alinha, ora com os Estados Unidos da América, ora com a China, conforme mais lhe convém em cada momento, ao mesmo tempo que fomenta a miscigenação e a cooperação para o desenvolvimento como forma de criar laços com os países recetores dos seus investimentos, numa ação que, se bem que menos lucrativa a curto prazo, indicia a criação de bases sólidas para retornos de longo prazo (Costa, 2013).

A importância que vem sendo conferida à Amazônia Azul, além de destacar o interesse vital da costa nacional para o Brasil, destaca claramente, em conjunto com a relevância que adquire o continente africano, a relevância que o Atlântico Sul vem assumindo para o país (Barbosa Guerra, 2011: 68).

Com efeito, a existência de hidrocarbonetos e a utilidade em manterem-se livres as trocas comerciais ao longo das rotas e vias de comunicação existentes vêm elevando significativamente a importância do Atlântico Sul para todos os países que

o compõem, designadamente do ponto de vista da segurança económica de toda a região. Para o Brasil, em particular, este interesse é evidente, não só porque a geografia do país o vincula, tanto à América do Sul, quanto ao Atlântico Sul, como porque 95% do comércio externo brasileiro, que em 2013 ascendeu a cerca de US\$ 170 mil milhões, circula por este Oceano, ao mesmo tempo que 88% da produção petrolífera brasileira, equivalente a cerca de 2 milhões de barris por dia, somando à volta de US\$ 2 mil milhões por mês, vem das plataformas da Zona Económica Exclusiva (ZEE) brasileira (Barbosa, 2011: 73). O papel estratégico do Brasil no Atlântico Sul, em função das riquezas petrolíferas e da necessidade consequente de patrulhamento de toda a área marítima de jurisdição brasileira, assim como a emergência internacional do país, alcançada na primeira década do século XXI, graças à estabilidade política, partidária e económica, ainda que estagnada nesta segunda década, exigem uma nova postura do Brasil em matéria de ação externa, de segurança e defesa no Atlântico Sul.

Simultaneamente, algumas ameaças são percecionadas no Atlântico Sul, não apenas em função das instabilidades locais e da probabilidade de conflitos resultante das riquezas naturais, das áreas marítimas e da existência, na região, de potências externas, como ainda em função do novo Conceito Estratégico (2010) da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) que alarga a área de atuação da organização, suscitando debates em torno de eventuais intervenções da mesma no Atlântico Sul – possibilidade em relação à qual o Brasil é perentoriamente contrário.

Existe, por conseguinte, uma paz relativa na região do Atlântico Sul, o que determina a necessidade de o Brasil desenvolver uma capacidade dissuasora compatível com esse contexto, o que vem levando o país a fortalecer o seu poder marítimo, hoje peça central da sua geopolítica. Visando proteger a área do pré-sal, numa projeção do mar para terra, o Brasil poderá reforçar a utilização da ilha de Trindade, na qual já existe um posto da Marinha, ao mesmo tempo que, projetando-se para a África, o Brasil poderá reforçar a sua ação militar sobre a ilha de Fernando de Noronha, na qual existe uma base aérea construída pelos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial, depois mantida e explorada pelo Brasil (Costa, 2013).

Concomitantemente, e tendo em conta que, tanto a política externa brasileira, quanto a Estratégia Nacional de Defesa e a Política de Defesa Nacional do país incluem o vetor Atlântico Sul como espaço geopolítico prioritário da ação externa e de segurança e defesa do país, atuando no sentido de priorizar esse espaço geopolítico, ganham dinâmica os acordos e organizações que abarcam o Atlântico Sul e nos quais o Brasil participa – a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e o Fórum G3-Índia, Brasil, África do Sul (IBAS), dando forma à “perspetiva tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul” (Ribeiro, 2012: 26).

Se a CPLP se pode transformar num fórum privilegiado para o debate das questões de segurança e defesa do Atlântico Sul, fortalecendo a presença estratégica dos seus Estados-membros sobre esse Oceano e promovendo a segurança interna e externa dos mesmos (Ribeiro, 2012: 31), o resgate da ZOPACAS poderá servir o propósito de excluir a NATO do Atlântico Sul, através do desenvolvimento de condições militares dissuasórias, designadamente navais, com vista a alcançar um potencial naval conjunto capaz de defender o Atlântico Sul, o que tem conduzido ao aumento, em África, da presença comercial da indústria de defesa brasileira (Ribeiro, 2012: 28). Do mesmo modo, o IBAS vem promovendo a aproximação do Brasil, da Índia e da África do Sul através da cooperação nos setores comercial, científico e tecnológico e do intercâmbio em matéria de defesa marítima, o que, se tem igualmente conduzido ao aumento da presença comercial da indústria de defesa brasileira na Índia e na África do Sul (Ribeiro, 2012: 34-35), vem permitindo a criação de um eixo de ligação entre o Brasil e a parte mais meridional do continente africano, ultrapassando o Atlântico Sul graças à ligação à Índia.

O projeto de concretização desta perspetiva tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul tem de passar pela proteção do pré-sal, o que equivale a dizer pela proteção da Amazônia Azul, através do reforço da presença e da ação de defesa do país sobre as estrategicamente posicionadas ilhas de Trindade e de Fernando de Noronha e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento de ações de caráter tático sobre os países africanos destinadas a fomentar os laços entre o Brasil e esses países, designadamente por meio da construção de infraestruturas, da cooperação para o desenvolvimento, da transferência de conhecimentos e tecnologia, do aumento da frequência das ligações aéreas entre o Brasil e os países africanos, entre outras (Costa, 2013).

Considerações Finais

A ação externa e a nova abordagem geopolítica do Brasil vêm-lhe permitindo, não só concretizar o seu "Destino Manifesto" sobre os dois espaços políticos que o compõem – América do Sul e Atlântico Sul – aos quais está vinculado pela geografia, como ainda libertar esse Destino do condicionamento e dependência frente aos Estados Unidos da América. O fim da Guerra Fria e, depois o 11 de Setembro, permitiram que o Brasil alterasse os referenciais teóricos que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, vinham embasando os pilares da segurança hemisférica promovidos pelos Estados Unidos da América – a Junta Interamericana de Defesa (1942), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947), a Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948) e o Pacto de Bogotá (1948).

Neste sentido, a estrutura das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América vem evoluindo da cooperação antagónica – que colocava o Brasil como sublíder

regional – para uma crescente independência da ação externa do Brasil frente aos Estados Unidos da América, contexto no qual, não só pode o país manter uma ação estratégica sobre a América do Sul, que passa a depender da sua vontade e não de condicionalismos externos, como ainda desenvolver uma ação externa de projeção sobre o Atlântico Sul, visando a segurança e a defesa da Amazônia Azul e o incremento da sua influência e presença nos países africanos.

Assim, se com Dilma o Brasil começou a assistir a um processo de estagnação da sua emergência internacional, resultado da quase estagnação da sua economia, a exploração dos recursos descobertos na região do pré-sal assume uma importância decisiva para contrabalançar essa tendência, o que confere, à Amazônia Azul – extensa área oceânica, adjacente ao continente brasileiro e que corresponde a aproximadamente 52% da área continental do país (Marinha Brasileira, 2013) – uma importância significativa. Como resultado, o Brasil recupera a maritimidade desde há longo tempo perdida, passando finalmente a poder atuar, não apenas sobre a América do Sul, como ainda sobre o Atlântico Sul, as duas áreas que compõem o espaço geopolítico prioritário do país e, adjacientemente, estendendo a sua influência aos países africanos lindeiros do Atlântico Sul.

Neste sentido, as descobertas das reservas do pré-sal vêm contribuir para a concretização do Destino Manifesto do Brasil nos dois espaços geopolíticos que o compõem, alterando o país, quer do ponto de vista das políticas económicas internas, quer da sua ação externa, e ainda geopolítica e geoeconomicamente. Razões pelas quais o país consolidou a sua Política de Defesa Nacional de 1995 e compôs, em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa, pelas mãos de Lula, do então ministro da Defesa Nelson Jobim e do ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Roberto Mangabeira Unger.

Referências

- Amorim, Celso (2010). “Entrevista concedida a Susan Glasser, The Foreign Policy Top 100 Global Thinkers”. *Foreign Policy* dezembro de 2010. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/11/29/the_soft_power_power. Consultado em Dezembro de 2010.
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth (2006). “A Construção do Nacional Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação Entre Estado e Mercado nos Setores de Base”. *Revista Economia Selecta*, Vol. 7, n.º 4, Brasília DF, pp. 239-275.
- Brigagão, Clóvis e Seabra, Rafael (2009). “Panorama Estratégico da Política Externa Brasileira – Os Caminhos da Inserção Internacional”. *Relações Internacionais* n.º 24, IPRI, pp. 75-81.
- Burns, E. Bradford (1966). *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*. New York: Columbia University Press.

- Brun, Elodie (2010). "Why Brazilian Foreign Policy Towards the South May Continue After Lula?". *Mundorama*. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Disponível em <http://mundorama.net/2010/11/13/why-brazilian-foreign-policy-towards-the-south-may-continue-after-lula?.php>.
- Cairo, Heriberto (2008). "A América Latina no Século XXI: Geopolítica Crítica dos Estados e os Movimentos Sociais, do Conhecimento e da Representação". *Caderno CRH* vol. 21, n.º 53, Maio/Agosto 2008, pp. 201-206. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200001&lng=en&nrm=iso.
- Cervo, Luiz Amado (2003). "Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático". *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 46, n.º 2, IBRI, pp.5-25. Brasília DF.
- Cervo, Luiz Amado (2008). *Inserção Internacional – Formação dos Conceitos Brasileiros* (1.ª ed). São Paulo: Editora Saraiva.
- Costa, Darc (2013). *Palestra ministrada na Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito da Cátedra Mackinder*, em Outubro de 2013, Lisboa.
- CIA (2013). "South America: Brazil". *CIA World Factbook 2013-14*. Washington, DC. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>. Consultado em Novembro de 2013.
- Defesa BR (2008). "Forças Integradas Orgânicas pela Defesa da Amazônia: Marinha, Exército, Força Aérea", *Ministério da Defesa do Brasil* [online]. Disponível em http://www.defesabr.com/MD/md_amazonia.htm. Consultado em Novembro de 2013.
- Domingues, Reinaldo Alencar (2011). "A Aspiração de Liderança Brasileira na América do Sul no Governo Lula". *Mundorama*. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Disponível em <http://mundorama.net/2011/12/15/a-aspiracao-de-lideranca-brasileira-na-america-do-sul-no-governo-lula-por-reinaldo-alencar-domingues/>. Consultado em Janeiro de 2012.
- EPE (2012). *Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis: Janeiro 2011-Dezembro 2011*, Governo Federal, Ministério de Minas e Energia/EPE-Empresa de Pesquisa Energética, pp. 1-41. Disponível em <http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/An%C3%A1lise%20de%20Conjuntura%20dos%20Biocombust%C3%ADveis%20%20boletins%20peri%C3%B3dicos/An%C3%A1lise%20de%20Conjuntura%20dos%20Biocombust%C3%ADveis%20%E2%80%93%20Ano%202011.pdf>.
- EPE (2013). *Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis: Ano 2012*, Governo Federal, Ministério de Minas e Energia/EPE-Empresa de Pesquisa Energética, pp. 1-49. Disponível em <http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Análise%20de%20Conjuntura%20dos%20Biocombustíveis%20%20boletins%20periódicos/Análise%20de%20Conjuntura%20dos%20Biocombustíveis%20-%20Ano%202012.pdf>.
- Ernst&Young (2011). *Brasil Sustentável. Perspetivas dos Mercados de Petróleo, Etanol e Gás*, Ernst&Young, Brasil. Disponível em [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_Petroleo_e_Gas/\\$FILE/Brasil_Sustentavel_-_Petroleo_e_Gas.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_Petroleo_e_Gas/$FILE/Brasil_Sustentavel_-_Petroleo_e_Gas.pdf).
-

- Exército Brasileiro (2013). *Exército em Ação*. Exército Brasileiro. Disponível em http://www.eb.mil.br/pt_PT/amazonia.
- Freire, Vinicius Torres (2013). “Brasil: Estagnação Pacífica?”. *Folha de S. Paulo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2013/11/1373868-brasil-estagnacao-pacifica.shtml>.
- Glasser, Susan (2010). “Entrevista efetuada a Celso Amorim, The Foreign Policy Top 100 Global Thinkers”, *Foreign Policy* dezembro de 2010. Disponível em http://www.foreign-policy.com/articles/2010/11/29/the_soft_power_power.
- Guerra, Wilson Barbosa (2011). “O Brasil e a Segurança do Atlântico Sul”. *Nação e Defesa*, n.º 128, pp. 67-76.
- Instituto Lula (2014). “África”. *Instituto Lula*. Disponível em <http://www.institutolula.org/africa/#.UvJgI8uPPIU>.
- Kay, Stephen e Graefe, Laurel (2011). “As Descobertas de Petróleo no Brasil Trazem Novos Desafios”. *EconSouth*, volume 13, n.º1. Federal Reserve Bank of Atlanta, pp. 1-6. Disponível em http://www.frbatlanta.org/documents/pubs/econsouth/11q1_brazil_oil_portuguese.pdf.
- Klesner, Joseph L. (2011). “Latin American Politics and Society” em George Thomas Kurian (ed.), *The Encyclopedia of Political Science*. Washington DC: CQ Press, pp. 917-921.
- Lafer, Celso (2001). *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira – Passado, Presente, Futuro*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- Lopes, S. (2012). *Preparados para o Pré-Sal*. Correio do Povo. Porto Alegre. Disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/planodecarreira/?p=244>.
- Malamud, Andrés (2009). “Fragmentação e Divergência na América Latina”. *Relações Internacionais* n.º 24. Lisboa: IPRI.
- Malamud, Andrés (2011a). “La Política Externa de Dilma Rousseff: Menos de lo Mismo?”, Foro de Debate, *Revista Ibero-Americana: América Latina, España, Portugal* n.º 41, pp. 174-179.
- Malamud, Andrés (2011b). “A Leader without Followers? The Growing Divergence between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy”, em *Latin American Politics and Society*, vol. 53 n.º3. University of Miami, pp. 1-24.
- Marinha do Brasil (2013). *A Amazônia Azul – O Patrimônio Brasileiro no Mar*. Disponível em http://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/temas_relevantes/am_azul_mb.htm
- Martínez, Pedro Fernando Castro (1980). *Frontieras Abiertas – Expansionismo y Geopolítica en el Brasil Contemporáneo*. Madrid: Siglo Veintuno Editores.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2011). *Orçamento da União Exercício Financeiro 2012*, 22 de Dezembro de 2011. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br>
- Milanez, A. et al. (2011). *O Déficit de Produção de Etanol no Brasil entre 2012 e 2015: Determinantes, Consequências e Sugestões de Política*. BNDES Setorial, n.º 35, pp. 277-302.

- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (2003). *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e Integração na América do Sul – Da Tríplice Aliança ao MERCOSUL, 1870-2003*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (2008). “O Brasil Como Potência Regional e a Importância Estratégica da América do Sul na sua Política Exterior”. *Revista Espaço Acadêmico* n° 91. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm>
- Paduan, R. (2012). “Pré-Sal, o Maior Desafio do Brasil”. *Revista Exame, Brasil*. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1019/noticias/pre-sal-o-maior-desafio-do-brasil?page=1>
- Patrício, Raquel de Caria (2011). *A Guerra do Pré-Sal está para Durar, Reflexões Brazilianistas e Sul-Americanistas*. Disponível em [http://brasil-americadosul.blogspot.com/2011/09/ guerra-do-pre-sal-esta-para-durar.html](http://brasil-americadosul.blogspot.com/2011/09/guerra-do-pre-sal-esta-para-durar.html)
- Patrício, Raquel de Caria (2012). *Estudos de Área – América Latina: Uma Visão da América Latina*. Coleção Manuais Pedagógicos. Lisboa: ISCSP.
- Pereira, Joana Marisa (2014). *Segurança e Governação Climáticas: O Brasil na Cena Internacional*. Tese de Doutoramento, FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- Petrobrás (2012). “Volume Recuperável do Pré-Sal Supera Produção Acumulada nos 58 Anos da Petrobrás”. *Brasil: Factos e Dados*. Disponível em <http://www.fatosedados.blogspot.com.br/2012/09/20>
- Ramos, A. et al. (2009). *Pré-Sal: a Produção de Petróleo como Base para um Novo Ciclo de Desenvolvimento*. Perspetiva. Disponível em http://www.booz.com/media/file/22_PRE_SAL_vf_140509.pdf
- Ribeiro, Emílio Vanderlei (2012). *Perspetiva Tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul*. Trabalho de investigação individual do Curso de Estado-Maior Conjunto do Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa: IESM.
- Rolim, T. (2010). “Petróleo e Pré-Sal: Grande Oportunidade e Grande Desafio”. *Estudos e Pesquisas* n° 377. Disponível em <http://www.forumnacional.org.br/pub/ep/EP0377.pdf>
- Saraiva, Miriam (2010). “Brazilian Foreign Policy Towards South America During the Lula Administration: caught Between South America and Mercosur”. *Revista Brasileira de Política Internacional* – ano 53, special edition, pp. 151-168.
- Sorj, Bernardo e Fausto, Sérgio (2011). “O Papel do Brasil na América do Sul: Estratégias e Percepções Mútuas”. *Política Externa*, vol. 20, n° 2, pp. 11-22.
- Vaz, Alcides da Costa (2006). *Entrevista a Nelson Franco Jobim, de 6 de Junho de 2006*. Disponível em <http://nelsonfrancojobim.blogspot.pt/2006/06/amrica-do-sul-fragmentada-e-longo-da.html>
- Vaz, Alcides da Costa (2012). *A Política Externa do Brasil e a Segurança Regional*. Palestra proferida na Universidade Autónoma de Lisboa, em Janeiro de 2012, Lisboa.

Vigevani, Tullo e Cepaluni, Gabriel (2007). "A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia Pela Diversificação". *Contexto Internacional*, vol. 29, n° 2, pp. 273-335.

Viola, Eduardo *et al.* (2012). "Os Limiares Planetários, a Rio+20 e o Papel do Brasil". *Caderno EBAPE.BR* n° 10, pp.470-491.

Viola, Eduardo *et al.* (2013). *Sistema Internacional de Hegemonia Conservadora: Governança Global e Democracia na Era da Crise Climática*. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.